



Grafite em um muro na comunidade de Vigário Geral, na zona norte do Rio de Janeiro.

Quem são as adolescentes em situação de *risco*?

Três milhões de meninas entre 12 e 17 anos vivem em situação de extrema pobreza, das quais 70% são negras. Pesquisa mostra por que ficam mais expostas ao risco de exploração sexual.

O Brasil possui 10,4 milhões de meninas na faixa etária de 12 a 17 anos. Desse total, cerca de 3 milhões encontram-se em situação de extrema pobreza, segundo dados da Pnad/IBGE 2006. Paralelamente, segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 100 mil crianças e adolescentes são explorados sexualmente no Brasil, a grande maioria do sexo feminino.

Com o objetivo de descrever o ambiente social e econômico em que estão inseridas essas meninas em situação de vulnerabilidade, os pesquisadores Alexandre de Freitas Barbosa e Cláudia Cirino de Oliveira¹ realizaram um estudo que tem o objetivo de ampliar a compreensão sobre quem são elas, onde vivem e em que medida estão mais expostas aos riscos da exploração sexual. “Conhecer este cenário é fundamental para a formulação de políticas públicas voltadas para a inserção social dessas crianças e adolescentes”, comenta Barbosa.

A pesquisa procurou responder às seguintes questões: quem são as crianças e adolescentes brasileiras em situação de vulnerabilidade social? Onde elas vivem? Como se inserem no mercado de trabalho e em que atividades? Estudam, ou não? Até que ponto estão submetidas ao risco de exploração sexual comercial?

¹ Alexandre de Freitas Barbosa é doutor em Economia Social e do Trabalho pela Unicamp; Cláudia Cirino de Oliveira, economista pela PUC/SP, é especialista em Economia e Gestão das Relações de Trabalho pela mesma universidade.

Metodologia

Para destrinchar a situação socioeconômica dessas crianças e adolescentes em situação de risco de exploração sexual, os pesquisadores partiram de uma medida de extrema pobreza: consideraram apenas as meninas de 12 a 17 anos que vivem em famílias com renda familiar per capita (RFPC) inferior a 25% da média brasileira, o equivalente a R\$ 122,36. Segundo os pesquisadores, trata-se de um recurso que visa delimitar a amostra. “É importante ressaltar que nem todas as crianças e adolescentes de famílias de baixa renda são ou serão exploradas sexualmente, enquanto existem aquelas de renda superior à delimitada no presente trabalho que podem ser vítimas de tal prática”, observa Barbosa.

Nessa linha de raciocínio também segue o coordenador do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Renato Mendes. Segundo ele, a situação de extrema pobreza não é, por si, favorecedora da exploração sexual, mas sim um importante fator de risco que precisa ser considerado. Tais riscos também estão associados a fatores como valores sociais, divisão dos papéis entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, entre negros e não negros. “Esses fatores de risco, combinados com os do agressor, favorece a exploração”, afirma Mendes. “Nesse sentido, as ações de erradicação da pobreza devem estar acompanhadas pela promoção da dignidade da pessoa humana, em especial entre aquelas que estão impedidas de exercer sua cidadania nas estradas e rodovias brasileiras”.

A pesquisa procurou aproximar dois universos – o das adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o das adolescentes submetidas à exploração sexual. Ainda que tal relação não seja direta, segundo os pesquisadores trata-se de um mecanismo importante – a exceção das pesquisas de campo – para se adentrar na realidade da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Se a pobreza não pode ser vista como única causa para explicar a prática da exploração sexual, não é menos verdade que compõe um pano de fundo de grande relevância, alertam os autores do estudo.

O Nordeste responde por mais da metade das meninas pobres, seguido pela Região Sudeste, com 23%. Em relação às cidades, as metrópoles nordestinas e Belém, na Região Norte, possuem mais de 30% das crianças em situação de extrema pobreza. No Recife, esse percentual chega a 40%.

Quando se observa o número total de meninas pobres por região metropolitana, São Paulo e Rio de Janeiro aparecem com o maior número: mais de 200 mil se somadas, representando quase 1/3 do total de meninas pobres das regiões metropolitanas do país (tabela 1).

Tabela 1

Meninas Pobres de 12 a 17 Anos nas Regiões Metropolitanas

RMs	meninas pobres
São Paulo	122.122
Rio de Janeiro	86.541
Fortaleza	74.160
Pernambuco	72.816
Salvador	56.078
Belo Horizonte	46.867
Belém	35.541
Porto Alegre	27.676
Curitiba	24.363
Distrito Federal	22.790

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração dos autores.

As metrópoles brasileiras concentram cerca de 570 mil meninas pobres na faixa de 12 a 17 anos, um número alto, mas ainda distante do total de 3 milhões de meninas pobres levantados pela análise dos dados da Pnad. “Daí a necessidade de atacar o problema não apenas nos grandes centros, mas também nas cidades de porte médio e pequeno, além das áreas rurais”, resalta Alexandre Barbosa.

Raça

A questão da desigualdade racial também transparece fortemente nos dados analisados pelos pesquisadores: 70% dos 3 milhões de meninas analisadas neste levantamento são negras. O número é bastante alto em comparação ao total da população brasileira de meninas negras entre 12 e 17 anos: 54%. Da mesma forma, a taxa de pobreza das meninas negras é quase duas vezes superior à das meninas não-negras.

Tabela 2

Distribuição do Total de Meninas de 12 a 17 Anos e das Meninas Pobres por Raça/Cor e Taxa de Pobreza

	negros	não-negras	% negros
meninas de famílias pobres	2.103.323	920.225	70
total meninas	5.490.510	4.692.055	54
tx pobreza %	38,3	19,6	

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração dos autores.

A pesquisa permite também fazer uma análise sobre o tipo de inserção no mercado de trabalho: menos de 1/3 das meninas trabalhadoras vem de famílias pobres (tabela 3). O dado revela que existem outros fatores, além da pobreza, que atuam sobre o trabalho infantil.

Observa-se também que apenas 22% das meninas pobres participam do mercado de trabalho, ou seja, fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA). Ou posto de outra forma: existem 2,3 milhões meninas nesta faixa etária que não trabalham e nem procuram emprego de forma efetiva. Também no caso das meninas pobres, quase a metade dos empregos são agrícolas.

Tabela 3

Distribuição da PEA das Meninas de 12 a 17 Anos e das Meninas Pobres por Tipo de Inserção no Mercado de Trabalho e Taxa de Desemprego

	ocupadas	desocupadas	taxa desemprego
meninas de famílias pobres	485.181	184.902	27,6%
total meninas	1.542.053	556.568	26,5%

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração dos autores.

Domésticas

Aqui os pesquisadores fazem um parêntese sobre o emprego doméstico como forma de inserção precária, especialmente para as meninas mais pobres, tendo como referência que a OIT tem definido o trabalho doméstico como uma das piores formas de exploração no Brasil.

São 344 mil meninas de 12 a 17 anos que trabalham como “domésticas”, 38% delas vivendo em famílias pobres. Destas meninas pobres que trabalham em domicílios de seus empregadores (portanto sem supervisão do Estado), nenhuma delas possui carteira assinada. Estão sujeitas a todo tipo de exploração.

Do total de meninas pobres ocupadas do país, 35% são não-remuneradas, 27% domésticas sem carteira e 20% atuam em atividades agrícolas de subsistência, cujos níveis de renda variam bastante. Outras 18% são empregadas com carteira assinada em outras atividades que não as domésticas ou trabalham por conta própria. Apenas 1% possui carteira assinada.

Do total das meninas pobres economicamente ativas, 57% estudam e trabalham e 18% estudam e não trabalham. Cerca de 26% delas – totalizando 170 mil crianças no país – não estudam.

Exploração sexual

Esta análise do perfil das meninas em situação de vulnerabilidade social permitiu mostrar que uma parte expressiva vive em áreas rurais, ainda que 2/3 estejam localizadas nas áreas urbanas. As regiões metropolitanas congregam parte importante do público analisado, inclusive nos centros como São Paulo e Rio de Janeiro.

Porém, a maior taxa de pobreza está nas metrópoles nordestinas. Além disso, um dado importante mostra que 70% dessas meninas são negras.

Apenas 22% delas estão inseridas no mercado de trabalho, o que não impede que as demais se sintam coagidas a aceitar um emprego de natureza precária e temporária. Mais importante ainda: nem todas as meninas que possuem um “emprego” são pobres.

As meninas pobres que trabalham – 485 mil ao todo – o fazem em condições aviltantes de trabalho e de renda. Estão sujeitas a todo o tipo de coação econômica, moral e sexual. Os pesquisadores alertam que o trabalho doméstico, que “emprega” 27% delas, pode muito provavelmente atuar como transição para formas ainda mais indignas de exploração.

Observa-se um quadro de precarização social que impõe pressões sobre a estrutura familiar, fazendo com que os pais sejam muitas vezes coniventes com a exploração econômica de seus filhos, num quadro em que a escola não oferece alternativas de sociabilidade.

Existe certamente uma relação entre o ambiente socioeconômico e os constrangimentos a que estão submetidas essas garotas, muitas das quais acabam sendo vítimas da exploração sexual. Mas esta relação, segundo os autores da pesquisa, precisa ser mais bem compreendida para enfrentar o problema de forma efetiva. Daí, segundo eles, a importância de serem realizadas pesquisas de campo, o que acontece muito pouco nessa área. “Somente assim poderemos captar o olhar dessas meninas, seus anseios e frustrações”, destaca Barbosa.

Paralelamente, os pesquisadores ressaltam que ações fiscalizadoras, punitivas e educativas devem ser executadas para combater o problema. Deve-se lembrar, segundo Barbosa, que fatores do lado da oferta de trabalho – tais como baixo nível de renda, famílias desestruturadas e precário sistema de ensino – se unem a fatores do lado da demanda – possibilidades de ganho fácil a partir do rebaixamento de custos e da ausência de fiscalização – para viabilizar esta cruel realidade. Daí a necessidade de se desatar este nó, atuando sobre as várias formas de manifestação do problema.

Os pesquisadores ressaltam a importância da execução de políticas transversais (voltadas para educação, saúde, oferta de equipamentos culturais e de lazer) e focalizadas nas áreas de concentração destas meninas.